

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA - DECENTRALIZADA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

Às nove horas e vinte minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e seis, no Auditório Gebes de Melo Medeiros do Ministério Público do Estado do Amazonas, deu-se início a 139ª Assembléia Ordinária - Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A Mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelo Senhor Presidente José Fernando da Silva, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Senhora Eliana Dinardi, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Senhora Maria das Graças Soares Prola, representante da Secretaria de Assistência Social, SEAS; Senhora Maíza Helena Rodrigues Morais, representante do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Senhora Carmen Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Senhor Amarildo Baesso, Vice Presidente do Conanda e Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Senhor Jorge Guimarães, Representante da Prefeitura Municipal de Manaus. A Assembléia contou com a presença dos conselheiros titulares do Conanda: Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Antônio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Helder Delena, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspeção São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fabio Feitosa, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Lodi Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ivanildo Tarjra Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Luís Fernando De Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura; Luciana Cecco, Ministério do Esporte; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Carmen Silveira de Oliveira, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Roseana Pereira Mendes, Ministério da Educação; Benedito Adalberto Brunca, Ministério da Previdência Social. Tendo em vista a ausência justificada da representante do Conselho Federal de Serviço Sócia, foi convocada e esteve presente a conselheira Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores. Conselheiros Suplentes Não Governamentais presentes: Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia. Estiveram presentes noventa convidados representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas: Elilma m. Soares; Paulo Afonso Sampaio de Lima; Luiz Mauro da Silva Alencar; Nilce Elena C. Trindade; Perina Aguiar Costa, Edneuz de O. Gonçalves; Almir Moçambite Pino, Conselheiros Municipais, Conselheiros Tutelares, representantes de Universidades, Secretarias de Estado, Prefeituras, Órgãos Federais e outros. **I – Abertura dos Trabalhos:** A Senhora Maria das Graças Prola fez a abertura dos trabalhos em nome do Governo do Estado e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com votos de boas-vindas. O Vice Presidente Amarildo Baesso cumprimentou os presentes, ressaltando a oportunidade em debater os problemas do Estado com os vários segmentos da sociedade amazonense, em busca de soluções e encaminhamentos. A subsecretaria, Senhora Carmen, também externou a sua satisfação de estar presente naquele Estado e em seguida falou dos três grandes programas da Subsecretaria, destacando o programa de combate ao abuso e à exploração sexual de

crianças e adolescentes. Fez ainda um breve relato sobre a situação do Disque denúncias e do Pair – Programa de ações integradas, que envolve as universidades públicas e privadas e, a articulação de redes para construir propostas e propor estratégias de ação. Por fim, informou que o Brasil irá sediar a reunião de dez países do Mercosul, onde será abordado o tema da exploração sexual infanto-juvenil. O Senhor Jorge Guimarães agradeceu em nome do Prefeito do Município de Manaus por estar sediando a 139ª Assembléia do Conanda e cumprimentou todos os profissionais presentes. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos pediu desculpas pelo seu atraso e em seguida rogou a Deus proteção e amparo para debater e propor soluções para assuntos tão relevantes que serão tratados. Agradeceu a presença de todos os presentes destacando a participação dos conselheiros estaduais, municipais e Tutelares do interior do Estado, em razão das dificuldades de deslocamento. O Presidente do Conanda, Senhor José Fernando, ressaltou a importância do evento conjunto, destacando ser a quarta vez que o Conanda realiza a sua Assembléia Descentralizada e, desta vez, para tratar da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em comemoração ao dia dezoito de maio. Na oportunidade, ressaltou a situação da exploração sexual no Estado do Amazonas revelada pela Comissão Parlamentar Mista de Investigação – CPMI, apresentando graves problemas. Em seguida, apresentou a Pauta de trabalho a qual irá contribuir para a garantia dos direitos da criança e do adolescente e firmar compromissos políticos através da Carta do Amazonas. Neste momento desfez-se a mesa de abertura.

II – Exposição e Debate sobre “Políticas Sociais para o Enfrentamento da Exploração Sexual Praticada Contra Crianças e Adolescentes”: Compuseram a mesa representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Assistência Social; Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Infanto Juvenil; Polícia Federal; Comissão Intersetorial de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente; Ministério da Saúde; Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças Adolescentes no Território Brasileiro.

1) Comissão Intersetorial: A Senhora Cristina Albuquerque, Coordenadora da Comissão, fez a explanação sobre a missão e composição da Comissão a qual é composta por quatorze ministérios, órgãos públicos e sociedade civil, para discutir e propor estratégias para o enfrentamento das questões voltadas ao abuso e á exploração sexual de crianças e adolescentes. Deu ênfase ao Plano Nacional de Enfrentamento e a matriz produzida para o enfrentamento dos problemas, onde foram mapeados novecentos e trinta e dois municípios assim como, as políticas públicas federais que eram desenvolvidas naqueles municípios, citando como exemplo a saúde, a educação, a segurança pública (ensino à distância). Destacou o avanço no Ministério do Turismo com o programa “Turismo sustentado na infância e adolescência”, em parceria com o governo e empresários, e da expansão do Projeto Sentinela, onde a matriz foi o instrumento balizador para a referida expansão. A Senhora Cristina avaliou que apesar dos avanços ainda havia muito que fazer. Citou como meta da Comissão para dois mil e seis, a expansão do Pair, esclarecendo que o programa está implantado apenas nas cidades de Manaus / AM e Pacaráima / RR. Com relação ao Disque denúncias, informou que as mesmas são encaminhadas no máximo vinte e quatro horas após o seu recebimento. Informou, também, que no ano passado foram feitos trezentos mil atendimentos, numa média de mil e cinquenta atendimentos dia. Enfatizou que o Estado do Amazonas estava em segundo lugar no ranking nacional que mais acessava o serviço, seguidos dos Estados do Maranhão e Rio Grande do Sul. Foi informado que vinte e oito por cento eram denúncias de exploração sexual e que a predominância naquele Estado era para o abuso sexual. Salientou a mudança do prefixo 0800 para o Disque 100 e que, a mudança estava sendo difundida por meio de campanha de comunicação, publicidade e assessoria de imprensa para veicular em toda a mídia, (rádio, tv, impressos, vts, spots, cartazes e sites de notícias ou de parceiros). A mudança do Disque para um número de utilidade pública, objetivou maior facilidade de discagem e de memorização, sendo o mesmo, de abrangência nacional. Com relação à data do dia dezoito de maio, a Coordenadora apresentou a programação completa composta de carreatas “Siga Bem Caminhoneiro”, com a presença do cantor sertanejo Sérgio Reis, Ato Público, show, entrega de abaixo-assinado pedindo a votação rápida dos projetos de lei elaborados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual – CPMI, tornando mais rígidas as punições contra quem cometer crimes sexuais contra crianças e adolescentes;

2) SEAS: A Senhora

Neuma, Secretária Estadual de Assistência Social, falou das ações desenvolvidas pela SEAS voltadas para o combate ao abuso e à exploração sexual, destacando os projetos Sentinela, Centos de Referência, Pair, Acordo Binacional Brasil x Colômbia, todos com foco na temática apresentada; **3) Fórum Estadual DCA:** A Senhora Maíza, representante do Fórum, deu enfoque a origem da violação dos direitos da criança e do adolescente e fez referência ao Relatório da CPMI destacando seus seiscentos e cinquenta pontos, alvo do abuso sexual às margens das rodovias federais. Apontou a fragilidade do sistema de garantia de direitos e dos Conselhos e a sua preocupação pelo não cumprimento do disposto na CPMI. Alertou para a necessidade dos Conselhos e da rede monitorarem e efetivarem o controle das ações propostas ressaltando que o papel predominante dos Conselhos muitas vezes era esquecido. Alegou que, o papel fundamental do Fórum Estadual é a qualificação para efetivar as transformações desejadas. Por fim convocou o Estado do Amazonas para assumir o compromisso com a criança e adolescente; **4) Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Criança e Adolescente:** A Senhora Denise de Carvalho Campos, da Coordenação Colegiada Nacional, lembrou aos presentes o Slogan da Campanha do dia dezoito de maio do ano passado, na Cidade de Recife, “A Campanha está aí e a Justiça onde está”. Em seguida, fez um breve relato das principais ações do Comitê enquanto instância de mobilização e articulação permanente, democrática, com a participação de diversas organizações governamentais, não governamentais e organismos internacionais para implementação e monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Chamou a atenção para a necessidade de concluir os processos de responsabilização de autoridades públicas envolvidas em crimes sexuais contra crianças e adolescentes citando como exemplo o “Caso Benício” quando foram reveladas práticas de exploração sexual atribuída ao Deputado Distrital Benício Tavares e que, ainda se encontrava pendente, contribuindo para o desalento das vítimas e perpetuação da violência. Para a Senhora Denise, há necessidade da união de todos para que realmente haja a responsabilização dos culpados. Falou ainda da Rede Tchawa, composta pelos Estados da região norte, onde os problemas são discutidos na busca de soluções plausíveis. Falou ainda sobre a fragilidade dos Conselhos e dos demais órgãos que compõem o sistema de garantia e de se priorizar questões específicas da região norte citando como exemplo, as áreas de fronteiras, garimpo e outros, alegando que as respostas institucionais ainda não priorizavam orçamentos compatíveis para a sua efetivação; **5) Polícia Federal:** O Senhor Luiz Bernardes, representante da Polícia Federal do Amazonas, também fez um breve relato da ação repressiva da Polícia alegando que, a mesma atuava mediante informações e que, muitas vezes essas informações não chegavam à Corporação. Esclareceu que atualmente a legislação permitia que a polícia federal atuasse em todos os delitos, mediante denúncias; **6) Conanda:** A Conselheira Thereza de Lamare, representante do Conanda no Comitê Intersetorial, falou da importância do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e que, o mesmo, continua sendo o marco referencial para a organização de políticas, programas e serviços mas entendia que era preciso avançar. A conselheira também ressaltou a importância de se chamar a atenção dos governantes para que os mesmos não aceitassem a impunidade. A Presidente do Conselho Estadual, Senhora Eliana, agradeceu a presença de todos e em seguida propôs o debate, tendo sido registrado os pontos que se seguem: **a)** se o disque denúncia era interligado nos estados; **b)** como a Polícia Federal e o Poder Público agiam na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes e se, haviam programas de transferência de renda par a esta finalidade; **c)** quais as prioridades orçamentárias para os programas do Governo do Estado voltados para crianças e adolescentes; **d)** como funcionavam os programas de proteção, defesa e promoção, a nível do executivo, legislativo e judiciário; **e)** quais os resultados dos programas a nível do Estado e se havia integração dos mesmos com a política voltada para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; **f)** como se dava a responsabilização, se havia capacitação específica para crianças e adolescentes vítimas do abuso e da exploração sexual e quais as punições para os crimes cibernéticos; **g)** como estava a situação de implantação do SUAS pelo Governo do Estado, no tocante aos serviços regionalizados; **h)** quais os procedimentos que o Conselho Tutelar deveria utilizar para denúncias de violência, drogas e abuso sexual; **j)** necessidade de se assegurar o atendimento ao agressor. **Respostas:** Foi informado que o Disque-denúncia não era interligado aos Estados e que a sua atuação era de abrangência nacional. Informou ainda sobre a qualificação dos serviços do projeto sentinela e da assinatura da Portaria

Interministerial, a ser assinada com os Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para a elaboração de um plano de atenção e proteção integral à criança e adolescente e famílias em situação de risco e vulnerabilidade por abuso e exploração sexual e comercial. Com relação ao funcionamento harmônico dos programas que compõem o sistema de garantia de direitos foi informado que ainda havia Comarcas desarticuladas e que acumulavam funções. Apontou-se para a necessidade de se criar Varas Especializadas em crimes contra crianças e adolescentes e, a garantia da prioridade aos processos de responsabilização de crimes contra crianças e adolescentes nos municípios. Em termos de responsabilização, foi informado também, sobre a precariedade e a desarticulação da justiça e da segurança pública dificultando o atendimento nos municípios. Foi informado também, que os juizes e promotores de justiça não permaneciam por muito tempo nas Comarcas do interior, propondo-se que fosse constado, na Carta do Amazonas, o apelo ao Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça do Estado a permanência desses profissionais bem como, a criação de Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares nos municípios que ainda não dispõem desses serviços. Foi ressaltada ainda, a necessidade da formação da rede de atendimento, de monitoramento e controle, além do fortalecimento das estruturas necessárias para a garantia da prioridade absoluta para crianças e adolescentes. Sobre a questão do orçamento, a representante do governo do estado informou que o mesmo tem assegurado a manutenção e a execução dos programas existentes não podendo, entretanto, dar dados mais precisos. Com relação ao Sistema Único da Assistência Social - SUAS, foi informado que a execução dos programas pelo governo do estado tem ocorrido em todos os municípios e que os próprios municípios também tem a suas execuções, em parceria com o governo do estado e que estes programas estão sendo adequados as estruturas do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. No tocante ao atendimento ao agressor, foi ressaltada a importância de se assegurar o atendimento ao mesmo Ressaltada ainda, a importância do fortalecimento dos processos de participação popular e controle social de políticas públicas, objetivando assegurar a dignidade da criança e do adolescente. O representante da polícia federal esclareceu que os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, eram da alçada da polícia militar do estado e que, os casos denunciados à polícia federal, necessitam de investigação e que muitas vezes, as denúncias não chegavam à corporação e quando chegavam eram incompletas. Esclareceu, ainda, sobre as limitações de ordem legal e de ordem material do órgão para se efetivar as referidas investigações. Alegou desconhecer a existência de política preventiva voltada para crianças e adolescentes indígenas e que os crimes cometidos nas reservas indígenas eram de competência do Estado. Durante o debate foram reconhecidas às limitações do governo e da sociedade no que tange as questões apresentadas. Houve preocupações com os crimes cibernéticos que se avolumam e que precisam ser responsabilizados. Todos os participantes da mesa agradeceram a oportunidade do debate. Os Presidentes do Conselho Estadual e do Conanda agradeceram a importante participação de todos, propondo que a Carta do Amazonas fosse transferida para o dia seguinte para que os demais assuntos a serem tratados, fossem incorporados à mesma. Na oportunidade foi criado um Grupo de Trabalho composto do conselheiro do Conanda Renato Roseno, representante do Fórum Estadual DCA, Senhora Maíza Elena Rodrigues, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Eneida Marques e Senhor Paulo Marques, Secretário Executivo do Conanda, para elaboração da minuta da carta.

III – Apresentação de uma Experiência Importante – Pair-Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente no Território Brasileiro: A Senhora Eliana Hayden, Secretária Executiva do Pair, fez um breve relato sobre o Pacto para Manaus, criado no ano de dois mil e cinco, entre a Prefeitura de Manaus e o Governo do Estado e, em seguida, apresentou a metodologia do programa destacando os eixos, as coordenações, os planos de ação de cada um deles, além do plano operativo para a Cidade de Manaus. Os principais eixos apresentados foram: **a)** análise da situação; **b)** defesa e responsabilização; **c)** mobilização e articulação; **d)** atendimento; **e)** protagonismo juvenil. Foram apresentadas as principais dificuldades do programa e a relação dos integrantes do Pair na Cidade de Manaus. Mediante os questionamentos da plenária a Senhora Eliana esclareceu que a maior preocupação do Pair era o trabalho com as famílias e com as escolas. Informou que até o momento o trabalho tinha sido significativo e que tinha ocorrido grande impacto na sociedade, porém, esclareceu que, apesar desse impacto ainda havia dificuldades para que as denúncias fossem

formuladas. Esclareceu sobre a realização das oficinas com os alunos multiplicadores, alegando que as mesmas eram prejudicadas pelas constantes mudanças dos profissionais envolvidos e pelas dificuldades de relacionamento com o MEC. O Senhor José Antônio Motti complementou as informações, esclarecendo que o Pair era uma estratégia de ação para a operacionalização do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Infante-Juvenil, sendo o mesmo desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a USAID/Brasil. Disse que o mesmo, era fomentado para criar metodologias e estratégias de ação. Foram ainda, relatados os entraves do programa bem com as dificuldades em desenvolver o trabalho na zona rural, pela falta de apoio do poder público. Informou também, sobre o apoio financeiro prestado pela USAID para sustentação do programa. Finalizando, a Senhora Eliana informou que, no dia dezoito de maio próximo, haveria a reafirmação do Pacto de Manaus pelo fim da Violência e também sobre a realização do Seminário para reavaliação do plano. O Presidente do Conanda, Senhor José Fernando, agradeceu a participação da Senhora Eliana, pela apresentação do programa.

IV – Pauta Interna do Conanda: Dando continuidade aos trabalhos foram apresentados alguns assuntos que necessitavam de deliberação urgente e que não poderiam esperar a próxima Assembléia do Conselho, conforme segue:

1) GT sobre aprendizagem: A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos do GT, apresentando a proposta para a realização da II Oficina sobre o Trabalho do Adolescente Aprendiz, a ser realizada nos dias um e dois de agosto de dois mil e seis, com o objetivo de se aprofundar o debate acerca das discussões realizada na I Oficina em dois mil e quatro. A proposta fora aprovada com alteração na data do evento, passando para os dias sete e oito de agosto de dois mil e seis facilitando assim, a participação dos Conselhos Estaduais, no VIII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos Estaduais, Municipais (das capitais) e Conselhos Tutelares;

2) Agência Nacional da Criança e do Adolescente: O Presidente do Conanda informou que a Proposta da Agência do Senador Cristovan Buarque estava na Pauta do Congresso Nacional e que já havia um relatório do Senador Antonio Carlos Valadares – PSB / CE, cuja proposta era conflitante com as ações do Conanda e da SPDCA. A conselheira Marta informou que a Comissão de Legislação e Regulamentação já havia dado parecer sobre a matéria dispondo sobre as contradições da Agência. O Vice Presidente Amarildo complementou informando que a SPDCA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também já haviam emitido os seus pareceres sobre o assunto, esclarecendo as incongruências da proposta. O Senhor Presidente propôs recuperar o parecer nos arquivos da Secretaria Executiva do Conanda para que o mesmo fosse encaminhado ao Senador Valadares, à Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e ao Presidente do Senado Federal;

3) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: Foi proposta e aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho, composto pelas conselheiras Marta, Joisiane, Júlia Galiza e Maria Luiza Moura, para análise e parecer do referido documento até o dia primeiro de junho de dois mil e seis;

4) Relatório sobre o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente: O Vice Presidente Amarildo, informou que o relatório de avaliação do plano seria entregue até o dia dezoito de maio de dois mil e seis;

5) Plano de Ação da SPDCA: A Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Senhora Carmen, fez um breve relato do Plano de Aplicação dos recursos da SPDCA e do FNCA, com destaque para o Programa de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Subsecretária aproveitou a oportunidade para informar sobre a revitalização do Sopia e da equipe da Subsecretaria. Informou também que, a coordenação do Sopia seria feita por um gestor público com experiência na área de informática e sobre a realização de um diagnóstico do sistema e do banco de dados. Informou ainda que, a equipe da SPDCA seria estruturada com pessoas com experiência na área de informática para que se pudesse fazer face à coleta de dados das ações do Plano Presidente Amigo. Quanto aos recursos, os mesmos seriam investidos nos projetos de capacitação à distância, em parceria com a Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, para capacitação de conselheiros tutelares que atuavam em áreas indígenas, para o programa crianças e adolescentes ameaçados de morte do Estado de Pernambuco e Violência Armada na Cidade do Rio de Janeiro, para o programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (implantação do Pair), atendimento sócioeducativo (pagamento de parcelas devidas aos convênios de construção), para municipalização das medidas sócioeducativas em meio aberto e realização do I Encontro Nacional de Semiliberdade. Ressaltou a necessidade de mapeamento das medidas em meio aberto e da priorização do Sinase,

voltada para a capacitação do sócioeducador para a sua integração à equipe técnica da unidade. A Senhora Carmen falou ainda da ação conjunta da Secretaria Nacional de Justiça e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para capacitação de jovens em direitos humanos em parceria com a Central única das Favelas e com a Entidade Nós do Morro, para uma experiência de metodologia de trabalho. Foi esclarecido que, para a execução dessas ações não tinham sido consideradas as emendas carimbadas e nem os recursos contingenciados. A plenária propôs e foi aprovado para que o Senhor Presidente do Conanda tratasse com o Senhor Ministro Paulo Vannuchi para que não houvesse contingenciamento de recursos do FNCA e da SPDCA neste exercício. O Senhor Paulo Marques, Secretário Executivo do Conanda, apresentou a relação dos projetos contidos no plano de aplicação, discorrendo sobre a situação de cada um deles no tocante a objetivos, unidade federada e valores. Após a explanação, a Senhora Denise Campos propôs uma reflexão ao tratamento desigual aos Estados, ressaltando mais atenção aos Estados que tinham mais dificuldades em relação aos demais, que já tinham suas ações definidas, citando o Estado de Rondônia como exemplo. O Vice Presidente Amarildo ressaltou os avanços da Subsecretaria com a aprovação dos Editais, contendo os critérios e procedimentos para repasse de recursos. Informou ainda sobre o recebimento do projeto do FCNCT, solicitando o apoio para a realização do III Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares, a ser realizado no mês de novembro do ano em curso. O assunto fora debatido pela plenária tendo sido recomendada a sua aprovação desde que, o Conanda pudesse influir na pauta do evento e que o projeto fosse discutido na Comissão de Articulação e Comunicação. Quanto a questão do Sípia, a mesma voltou a ser debatida discutindo-se os prós e contra à sua continuidade, tendo em vista os problemas de ordem tecnológica, conceitual e administrativa. O Senhor Presidente do Conanda reafirmou a proposta do Conanda sobre a sua reavaliação e permanência, tendo sido aprovada a proposta do conselheiro Helder para que, a reavaliação fosse realizada na Assembléia do mês de junho próximo assim como, a apresentação do Programa Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Foi discutido e aprovado que os projetos novos sobre a capacitação de jovens capacitadores para inseri-los nos programas Políticas Sociais e Direitos Humanos e o projeto do Cecria / Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil fossem enviados aos conselheiros para apreciação a fim de que pudessem ser aprovados na próxima plenária. A conselheira Júlia Deptulski solicitou o apoio financeiro para o IV Encontro de Educação Social, a ser realizado em Belo Horizonte, ficando para se apreciado no mês de junho. O conselheiro Helder abordou a importância de se ter um diagnóstico do país sobre a situação da criança e do adolescente para o conhecimento da realidade e melhor aplicação dos recursos. O conselheiro José Eduardo considerou equânime a distribuição dos recursos lamentando apenas, o não atendimento ao Estado de Rondônia. Ressaltou a importância de se ter uma atenção para com aquele Estado. A conselheira Maria Izabel chamou a atenção para o atendimento de projetos novos, considerando não ter havido Edital para tal fim. Alegou que novos atendimentos poderiam abrir precedentes. A conselheira Maria da Graças (Marilene) concordou com a reflexão feita, entretanto, salientou, caso fosse aprovada a inclusão de novos projetos que se inserisse o de Liberdade Assistida da Pastoral do Menor. Após o debate, a plenária aprovou a Resolução contendo o Plano de Aplicação, com ressalvas para readequação dos seguintes projetos: **a)** detalhar melhor o projeto Rio de Janeiro sobre violência armada; **b)** incluir no Plano de Aplicação o projeto do III Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares só depois do parecer da Comissão de Articulação e Comunicação e aprovado pela plenária do Conanda; **c)** rerepresentar os projetos de medidas sócioeducativas em meio aberto; **d)** encaminhar aos conselheiros antes da plenária de junho, os projetos jovens capacitadores e do Cecria / Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Foi aprovado também para que a referida Resolução com o Plano de Aplicação fossem inseridos no sítio do Conanda www.presidencia.gov.br/sedh/conanda.

V - Situação do Sistema de Garantia de Direitos no Estado do Amazonas: Dando continuidade aos trabalhos no segundo dia da Assembléia, foi composta a mesa com representantes do governo do Estado, Conselho Estadual dos Direitos, Fórum Estadual DCA, Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares, SPDCA e Conanda. O Senhor Presidente do Conanda, José Fernando, fez a abertura dos trabalhos e em seguida passou a palavra ao Vice Presidente Amarildo. Este informou aos presentes que a sistemática de trabalho seria a mesma do dia anterior, ou seja: apresentação dos trabalhos de cada órgão, seguido de debate. **1) Governo do Estado:** A Senhora Graça Prola informou que o governo tem apoiado o Conselho Estadual nas suas

mais diversas ações. Com relação ao sistema de garantia, enfatizou que não bastava cada órgão estar executando as ações de sua competência e prerrogativas mas sim, estarem articulados entre si. Ressaltou que no Estado do Amazonas ainda não se trabalhava de forma articulada e integrada. Os órgãos de defesa ainda careciam de estruturas adequadas e de maior articulação, citando como exemplo o Pair, que até o momento não fora referendado pelos diversos seguimentos. Na sua análise, essa ação desarticulada dificultava a implantação do programa. Outro fator preponderante citado pela Senhora Graça, era a constante mudança no Governo impedindo a efetivação do sistema de garantia. Esclareceu que com o novo reordenamento da assistência social buscava-se também, a implantação do trabalho integrado. Com relação ao programa sobre o adolescente em conflito com a lei, informou que todas as medidas estavam implantadas, porém, com relação ao programa de combate à exploração sexual, o Estado estava em falta com as atividades no interior. De modo geral, o Estado desenvolvia todos os trabalhos embora de forma desarticulada. No tocante aos Conselhos, considerou que o poder público necessitava ter participação mais ativa e, com relação aos Conselhos Tutelares, considerou negativa a mobilização do processo eleitoral do município de Manaus, com a presença de políticos para o apoio dos candidatos; **2) Fórum Estadual DCA:** O Senhor Inácio Guedes disse concordar com a análise da Senhora Graça com relação ao Estado, alegando que não havia problemas de orçamento porém, que, as barreiras geográficas impediam os avanços. Para ele, o Pair já tinha uma base consolidada e que já refletia o seu impacto positivo na sociedade. Quanto à questão dos Fundos, alegou que no interior a situação ainda era precária. Ele também mencionou a ausência dos conselheiros governamentais nas Assembléias do Conselho Estadual e das discrepâncias na atuação de muitos Conselhos Tutelares, citando como exemplo um município com Conselho Tutelar sem a criação do Conselho Municipal dos Direitos. Quanto a eleição dos Conselhos Tutelares na Capital, concordou com a Senhora Graça de que a mesma fora tutelada pelos políticos, alegando que no interior a situação não era diferente. Para o Senhor Inácio a CPMI sobre exploração sexual não repercutiu os resultados esperados e que a própria sociedade era culpada por não fazer as cobranças necessárias. Com relação ao Conselho de Desenvolvimento Humano, considerou que suas ações não eram discutidas com os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos, e que suas Políticas são elaboradas por técnicos, sem a participação popular; **3) Fórum Nacional DCA:** O Senhor Carlos Fritzen, ressaltou a importância do Estado estar recebendo o Conanda e que com isso, ele também estava conhecendo melhor o Estado. Reconheceu a partir das discussões e apresentações feitas que muitas coisas não estavam funcionando no Estado, havendo problemas graves que necessitavam serem apurados. Ressaltou a importância do Fórum Nacional para assegurar o cumprimento da proteção integral às crianças e adolescentes, destacando a importância dos governos estaduais e municipais apresentarem planos e programas mais efetivos objetivando essa proteção integral. Ressaltou a necessidade de convocação de todos para uma ação mais proativa, favorecendo a efetivação das políticas voltadas para crianças e adolescentes; **4) CEDCA:** A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos, Senhora Eliana Dinardi, fez um breve balanço de sua gestão e falou do seu compromisso para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, principalmente no que tange aos Conselhos Municipais e Tutelares. Neste sentido, informou sobre os trabalhos já realizados com os Conselhos Municipais que estavam desarticulados e a realização de capacitação sobre Fundos, com a presença de representantes do interior o que foi considerado um avanço. Informou também sobre os municípios que ainda não haviam criados os seus Conselhos. Prosseguindo, fez uma análise crítica sobre a situação dos Conselhos, citando alguns exemplos tais como: município com Conselho Tutelar sem a criação do Conselho de Direitos, Conselhos que não respeitavam a paridade, Conselhos onde o gestor do fundo atuava como administrador do mesmo, Conselhos funcionando sem lei de criação, municípios sem Conselhos Tutelares, porque a chapa vencedora não era a mesma da Prefeitura, processo eleitoral conduzido pela justiça eleitoral, processo de eleição indireta, Conselheiros tutelares com carga horária de quatro horas, Conselhos que não cumprem a legislação sobre salários e direitos sociais, Conselhos Tutelares com apenas dois suplentes, pagamento de salários dos conselheiros tutelares feitos com recursos do fundo, fundo regulamentado por resolução e não por decreto, subordinação do fundo ao executivo municipal e outros. Neste momento, foram apresentados os representantes dos Conselhos Tutelares dos municípios presentes, dando oportunidade para que cada um deles apresentasse os principais avanços e dificuldades dos seus Conselhos. Os Municípios presentes foram: Manicoré,

Autazes, Parintins, Iranduba, Codajás, Anamá, Tabatinga, São Sebastião de Uatumã e Amoré. Presente, também, o representante do Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares; **5) SPDCA:** O Vice Presidente Amarildo, abordou a necessidade da atuação integrada do sistema de garantia ressaltando a necessidade dos municípios serem mais dinâmicos e menos complexos bem como, a necessidade da implantação de todos os órgãos do sistema de garantia, para o cumprimento da prioridade absoluta e para a garantia da cidadania de crianças e adolescentes. Falou da parceria da SPDCA/Conanda com o Banco do Brasil para doação de computadores aos Conselhos Tutelares e das dificuldades para a sua operacionalização. Informou que era interesse do Banco efetivar a entrega do maior número possível de computadores o mais urgente possível. Informou ainda sobre a pesquisa quantitativa efetuada pelo Pró Conselho Brasil e a capacitação à distância em parceria com a Fiocruz – Fundação Osvaldo Cruz, para o fortalecimento dos Conselhos e para o seu funcionamento em rede assim como, para o controle das políticas públicas;

6) Fórum Estadual de Conselhos Tutelares: A Senhora Neide Sardinha, fez uma breve explanação sobre o papel do Fórum informando que, o mesmo foi criado, a partir da necessidade da organização dos Conselhos Tutelares. Citou que já haviam sido realizados encontros estaduais, seminários nas Calhas do Madeira e do Baixo Solimões, atividades em comemoração ao dia do conselheiro tutelar e assessoramento aos Conselhos Municipais na implantação de Conselhos Tutelares. As principais dificuldades apresentadas foram às distâncias geográficas, a falta de apoio do judiciário e político. Foi informada a existência de quarenta e nove Conselhos Tutelares, localizados em sete calhas: Solimões, Purus, Juruá, Madeira, Alto Rio Negro, Médio e Baixo Amazonas. A representante do Fórum considerou a presença do Conanda no Estado como um momento ímpar. No debate foram abordadas questões como, a invasão política; a capacitação; a melhoria salarial; a estrutura para os Conselhos Tutelares; a necessidade de funcionamento em rede; o plantão nos Conselhos Tutelares; a vinculação dos Conselhos Tutelares à Câmara de Vereadores e / ou à Justiça; o orçamento no fundo estadual; o papel do CEDCA; reflexão dos Conselhos do Amazonas para sanar os problemas nas eleições dos Conselhos Tutelares, e a situação da criança indígena violentada sexualmente. **Respostas:** A Senhora Eliana esclareceu a questão da criança indígena ressaltando que, a violação dos direitos na nossa cultura não era reconhecida na cultura indígena. A Senhora Perina informou que todos os Conselhos haviam sido retirados da estrutura da Prefeitura causando grandes transtornos. Ressaltou também a importância e a necessidade do funcionamento da rede bem como, de priorizar a criança e o adolescente. Sobre os plantões foi informado que, eles existiam porém, que, os telefones celulares não funcionavam. O conselheiro Cláudio / Conanda esclareceu que as dificuldades dos Conselhos Tutelares eram nacionais e que, o funcionamento dos Conselhos Tutelares sem a criação do Conselho Municipal, era totalmente ilegal. A conselheira Joisiane/Conanda ressaltou que, o sistema de garantia de direitos era um instrumento e que se por meio dele não fosse garantido os direitos, era preciso recorrer aos mecanismos internacionais como a ONU e a OEA. Com relação ao Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado, ressaltou que os Conselhos dos Direitos eram órgãos deliberativos e funcionavam como o coração do sistema, havendo necessidade do Conselho de Desenvolvimento Humano e demais organismos trabalharem harmonicamente e não de sobreporem-se sobre eles. A Senhora Graça Prola esclareceu que, o Conselho de Desenvolvimento Humano não estava sobrepondo-se aos demais Conselhos e que, o seu objetivo era a garantia de recursos para o desenvolvimento das políticas e programas e que o mesmo atuava como uma ação estratégica, para agilizar as infra-estruturas e, garantir as interfaces com os demais programas. A Senhora Jane / Fonacriad, falou da visão sistêmica que o gestor deveria ter todos os programas além da sua comunicação com todos eles. Para ela, os gestores deveriam estar acima das questões burocráticas e a serviço do Estado, alegando que era pela prática e pela comunicação que se resolviam os problemas. Sugeriu que o Conselho Estadual buscasse a articulação com a Associação dos Municípios para o apoio aos Conselhos Municipais e que, essa articulação fosse feita também com os Fóruns, com as Secretarias e outros organismos para debater a importância da articulação e da integração do sistema de garantia de direitos. A Senhora Heloísa / Justiça da Infância e da Juventude do Amazonas sugeriu que, fosse feita a capacitação incluindo todos os órgãos que compõem a rede de serviços, mesmo sendo ela precária. Para ela, o problema da criança e do adolescente era de gestão e que, havia necessidade de acompanhamento e de controle do funcionamento da rede. O conselheiro José Eduardo / Conanda, ressaltou a importância da Carta de São

Paulo e sobre a importância dos seus desdobramentos. O Senhor Publio Caio, Promotor de Justiça, também ressaltou que na Carta do Amazonas fosse ressaltado sobre a necessidade da permanência dos juizes e promotores de justiça nas comarcas e comprometeu-se a ser o interlocutor entre a Coordenação dos Promotores de Justiça da Infância e da Juventude com o Conselho Estadual dos Direitos, para juntos discutirem e proporem encaminhamentos. Com relação a vinculação dos Conselhos Tutelares à Câmara de Vereadores e / ou ao Judiciário, considerou a proposta inconstitucional. Por fim, propôs a constituição de um Pacto com a Associação dos Municípios visando o fortalecimento dos Conselhos. O conselheiro Napoleão / Conanda, falou dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e informou sobre o programa de apoio e incentivo à cultura, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, bem como o seu acesso ao sítio www.cultura.gov.br/apoio a projetos. A Senhora Lucimar destacou a importância de não se perder de vista a caminhada do Estado na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e na formação da rede de atendimento. Finalizando o debate todos os integrantes da mesa apresentaram seus agradecimentos.

VI – Situação do Atendimento Sócioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei: A Senhora Graça Prola, Diretora do Departamento de Atendimento ao Adolescente Infrator, fez um breve relato da situação do atendimento sócioeducativo de internação e uma retrospectiva da situação do Estado, com dados estatísticos das medidas de internação e semiliberdade. Salientou que no Estado não havia superlotação nas unidades e que, a reincidência era baixa. Abordou a questão sobre o atendimento relativo à saúde, à educação, à profissionalização, à cultura, ao esporte, bem como aos programas de apoio ao egresso e programa na área de fronteira, por meio do acordo bilateral Brasil / Colombia. O Senhor Paulo Marques informou sobre o trabalho que a SPDCA vem desenvolvendo com o Estado e da evolução do aporte financeiro, tendo no momento três Convênios em andamento. A Senhora Graça complementou, informando sobre a alocação de recursos do governo do estado para reforma de duas unidades de atendimento. A conselheira Thereza / Conanda, também informou a situação das Portarias sobre a saúde do adolescente, com o objetivo de levar o Sus, às unidades de atendimento. A Portaria estabelece a forma de se trabalhar a saúde do adolescente, e as atribuições do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Disse que, a Portaria trazia conceitos e novas maneiras de trabalhar a saúde do adolescente, sendo para isso necessário a apresentação do Plano Operativo e que, o Plano do Estado do Amazonas já estava em andamento. O Senhor Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os pontos que se seguem: **1)** Foi questionado se no estado havia quadro de pessoal de carreira nesta área; **2)** Como se dava à articulação com os municípios para o atendimento em meio aberto; **3)** Como eram elaborados os relatórios a serem encaminhados ao Juiz; **4)** Como de davam as atividades culturais e se, a segurança era feita pelos educadores; **5)** Se os adolescentes privados de liberdade tinham conhecimento dos seus processos, que era um direito deles, e se isso se dava por meio de advogados. **Respostas:** A Senhora Graça, fez os devidos esclarecimentos sobre os trabalhos que eram desenvolvidos com as famílias dos adolescentes no tocante a formação e geração de renda e, sobre as atividades culturais com os adolescentes. Com relação ao pessoal, informou que, não havia quadro e que, não concordava que os funcionários fossem concursados bem como, não defendia a estabilidade para esta área. Com relação ao relatório informou que, os adolescentes tinham conhecimento dos mesmos, a Senhora Graça disse ter passado três advogados pela Instituição, porém, não havia dado certo. O conhecimento que o adolescente tinha do processo se dava por meio da equipe técnica. Quanto aos projetos informou que os mesmos eram aprovados pelo Conselho Estadual. No que tange a segurança dos adolescentes informou que a interna era feita pelos educadores e a segurança externa, era feita pela Polícia Militar. Falou da existência do Comitê Gestor, para orientações e deliberações, ressaltando que nessa área necessitava de constante reavaliação. O Senhor Paulo Marques ressaltou sobre a necessidade dos Conselhos Municipais fortalecerem as ações sócioeducativas no interior, para que o adolescente permanecesse no seu município por meio do atendimento descentralizado.

VII Situação da Criança e do Adolescente Indígenas: A mesa para debater o assunto foi composta por representantes do Governo do Estado, do Conselho Estadual dos Direitos, do Conanda, da SPDCA, da Funai e da Funasa: **1) CEDCA:** O Senhor Luís Mauro da Silva Alencar, conselheiro estadual, abordou as formas de cultura das aldeias, destacando as especificidades culturais daquela população e como funcionavam as suas estruturas sociais. Ressaltou a importância de se estabelecer e de esclarecer quais as competências da Funai, Funasa, Sus, e outros.

Destacou que a educação indígena deveria ser centrada nos valores éticos e morais daquela população;

2) Funasa: A Senhora Meirelane falou sobre a missão da Funasa referente à população indígena e como era avaliada a questão da violência e da exploração sexual para saber quais os limites em que o órgão poderia intervir. Falou ainda sobre a participação da Funasa na parceria Brasil / Colômbia, onde eram discutidas as questões sobre drogas. Com relação à criança indígena, de nove anos de idade que estava grávida por ter sido violentada sexualmente esclareceu também que, havia evidências que a menina além de cega, era surda-muda, porém, que, durante o atendimento e acompanhamento que a Funasa estava prestando essa informação não havia se confirmado;

3) Funai: O Senhor Edgar Fernando Rodrigues, representante da Funai, fez uma análise histórica e evolutiva da situação indígena, alegando que era dever do Estado, estabelecer políticas para o índio brasileiro. Informou sobre a reunião tripartite que será realizada no dia trinta de junho próximo, com a participação do Brasil, Colômbia e Peru, para tratarem sobre mecanismos de enfrentamento da violência e exploração sexual infanto-juvenil. Enfatizou sobre a necessidade de se colocar a legislação vigente em prática dizendo que, o “índio era diferente, porém, não era desigual”;

4) SPDCA: O Vice Presidente Amarildo falou da necessidade de se dar uma atenção especial à situação da criança e do adolescente indígena. Falou ainda, do debate que houve no Conanda sobre o tema, sendo emitida a resolução nº noventa e um, de dois mil e três, que dispunha sobre a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente à família, à comunidade, à sociedade e especialmente, à criança e ao adolescente indígena, observadas as peculiaridades sócio-culturais das comunidades indígenas. Abordou a situação de áreas demarcadas no Mato Grosso do Sul, onde a situação da criança e do adolescente eram mais graves. Falou de sua participação na oficina sobre o tema naquele Estado e no Fórum Nacional para a Saúde da Criança e do Adolescente Indígenas, na Cidade de Boa Vista /RR. Alegou que, nestes eventos pode observar pontos específicos como questões sobre: trabalho infantil, infanticídio, alimentação, todos relacionados à criança e adolescente indígena.

Debate: O conselheiro do Conanda José Eduardo informou sobre a construção dos Centros de Referência Social Indígenas em dez municípios como experiência piloto, respeitando-se as características indígenas. A conselheira Miriam, indagou de que forma o Conselho Estadual deliberava as políticas públicas para população com essa diversidade. A conselheira municipal Amandia falou que competia ao índio dizer como queria a sua escola, por exemplo, e indagou se estas questões eram levadas em consideração. O conselheiro Renato / Conanda, ponderou que a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente seria mais apropriada como legislação para a população indígena porque abordava questões sobre, etnia e universalidade, porém, que, em nome dessa universalidade não se poderia intervir naqueles povos para evitar-se a violação dos seus direitos. A conselheira Maria Izabel / Conanda, considerou a necessidade de se intervir sim nas questões do trabalho infantil, alcoolismo, prostituição, etc, questionando sobre o papel da Funai sobre o assunto. O Vice Presidente Amarildo esclareceu que, por ocasião da elaboração do relatório da ONU o Brasil havia sido cobrado, no que tange às questões indígenas. Considerou necessário trabalhar mais com os casos específicos como, a capacitação no Mato Grosso do Sul, porém, que, as questões como o trabalho infantil, eram mais complexas e precisavam de aprofundamento. No que tange a visão estereotipada de ver o índio, o Senhor Edgar esclareceu que, era quase impossível não acontecer visto que, as leis eram criadas pelo homem branco. Quanto a questão da sexualidade considerou que, fazia parte de sua cultura e dos seus costumes. Quanto à Funai alegou que, a mesma era bem estruturada em termos de pessoal, mas atualmente estava esfacelada, que a saúde não tinha qualidade e que, os recursos não eram repassados para o seu verdadeiro papel. Com relação à criança índia que estava grávida informou que, a Funai havia aberto inquérito para averiguar a veracidade dos fatos. A Senhora Meirelande considerou importante o respeito a etnia porém, que, havia necessidade de se intervir nas questões de violação de direitos. Com relação à deliberação de políticas públicas pelo Conselho Estadual, a Senhora Eliana falou das dificuldades de incorporá-las e implementá-las. Na oportunidade os Presidentes do Conanda e do Conselho Estadual agradeceram aos convidados da mesa, pelo importante debate.

Carta do Amazonas: O Conselheiro Renato esclareceu o processo de construção da Carta, onde foram pontuados: **1)** O objetivo da reunião; **2)** Variáveis do contexto socioeconômico da região; **3)** Focalização no tema da violência e exploração sexual infanto-juvenil; **4)** proposição de agenda para o Estado. Em seguida, a Carta foi lida na sua íntegra e aprovada por unanimidade. Aprovado também, a relação de autoridades

para o seus encaminhamentos: Governador do Estado; Prefeito Municipal; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Procurador Geral de Justiça do Estado; Assembléia Legislativa Câmara Municipal de Vereadores; Conselho Estadual dos Direitos; Conselhos Municipais dos Direitos; Conselhos Tutelares do Estado; Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Deputado Estadual/AM, Luís Castro; ABMP; Andi; Rádios, jornais e tvs locais; Fóruns Nacional, Estadual e Municipais DCA; Fóruns Nacional, Estadual de Conselhos Tutelares. Fórum Nacional Peti; sitio do Conanda www.presidencia.gov.br/sedh/conanda; Órgãos e Entidades que compõem o Conanda, outros.

Encerramento: A Presidente do CEDCA agradeceu ao Conanda pelos dois dias de debate ressaltando que, aquele momento deveria ser o marco de mudanças, fazendo a diferença no Estado do Amazonas. O Presidente do Conanda agradeceu ao CEDCA, à equipe técnica e à todos que viabilizaram a realização daquela Assembléia. Manifestou o desejo do Conanda de que a Carta do Amazonas tenha a ressonância prática no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e que, o sistema de garantia dos direitos tenha realmente o seu fortalecimento. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

José Fernando da Silva
Presidente do Conanda